

CRÍTICAS AO HUMANISMO BURGUEÊS E A PRODUÇÃO NORTE-ATLÂNTICA

CRITICISM TO BOURGEOIS HUMANISM AND THE NORTH ATLANTIC INTELLECTUAL PRODUCTION

Alencar Rampelotto da Silva*

Universidade Federal de Santa Maria
alersfx@gmail.com

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos**

Universidade Federal de Santa Maria
j-quevedo@uol.com.br

RESUMO: Neste artigo propomos fazer um debate intelectual entre pensadores das áreas das ciências humanas, filosofia e da crítica literária sobre o conceito de modernidade desde a ascensão do Iluminismo na França e no Reino Unido até os dias atuais, de quem detém a hegemonia sobre esse paradigma, principalmente, nas grandes discussões acadêmicas. A partir de autores como Andreas Huyssen que nos trás novas ideias sobre modernidades alternativas e as disputas entre o local e o global, passando por John Pocock e a crítica do modelo falho de humanismo burguês forjado no período ilustrado, este situado até hoje como referência, chegando à Paul Gilroy e a sua crítica a produção norte-atlântica (entendidos como Europa Ocidental e EUA), e a exclusão dos demais por aqueles que não se enquadram ao padrão ocidental na contribuição para a formação da(s) modernidade(s) como, por exemplo, os negros na colonização da América.

PALAVRAS-CHAVE: Modernidades Alternativas – Estudos Culturais – História Intelectual – Atlântico Norte – Pós-Colonialismo

ABSTRACT: In this article, we propose to do an intellectual debate between thinkers of human sciences, philosophers and literary criticism about the concept of modernity since *Aufklärung* rise in France and U.K. until actual days, do who have the hegemony about this paradigm, mainly, in the great academics disputes. From of authors such Andreas Huyssen who bring for us new ideas about alternative modernities and the disputes between local and global, passing by John Pocock and the criticism of the bourgeois humanism failure model made in Age of Enlightenment, this situated until today as reference, arriving until Paul Gilroy and your criticism of the North Atlantic production (understood as Western Europe and US), and the exclusion of others by those which do not seem to the Western standard in the contribution for the formation of the modernities as, for example, the blacks in the Americas colonization.

KEY-WORDS: Alternatives Modernities – Cultural Studies – Intellectual History – North Atlantic – Post-Colonialism.

Na obra de Andreas Huyssen, *Culturas do passado presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*¹, o crítico literário alemão nos trás um debate sobre o conceito de modernidades alternativas. É nesse ponto que pretendemos entrar no debate, sobre qual ou quais modernidade(s) estamos dando atenção e foco. Isso porque com o advento de novas áreas nas ciências humanas como, por exemplo, nos Estudos Culturais e no pós-colonialismo,

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

** Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, Professor Titular do Departamento de História da UFSM e do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM.

¹ HUYSSSEN, A. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais e a política da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

percebe-se que a modernidade – de um racionalismo formal e universalista –, não condiz com a realidade e a prática dos discursos hegemônicos, além do mais, o seu conceito esta repleto de essencialismos em um baluarte exclusivo ao campo intelectual branco euro-estadunidense. O estudo de Huyssen serve como um guia introdutório a esse mundo de exclusões e pretensões de domínio de um seletivo grupo.

Este artigo possui como interesse relacionar as disputas pelo conceito de modernidade com os debates terceiro-mundistas² e a formação e afirmação de identidades, visto que, aqui entra um processo de legitimação e reconhecimento por parte de uns sobre os demais. Não se pretende aqui aprofundar esse tema, mas sim debater de forma introdutória um pouco sobre algumas das principais discussões em relação ao ideário Iluminista de modernidade.

Na introdução da obra de Andreas Huyssen, fica claro que o debate sobre o pós-moderno já estaria chegando à exaustão, que fora um projeto que não logrou sucesso, pois essa condição nada mais seria que uma sucessão do ideário europeu de modernidade pelo estadunidense a fim de manter o *status quo* acadêmico entre outras de uma restrita região e a sua sucessora sobre os demais projetos existentes no globo, a mudança de eixo seria simples e somente geográfica.

“Em retrospectiva, todo o debate sobre o pós-modernismo – desregrado, contestado, repleto de contradições e vitalmente estimulante, como um dia foi – afigura-se hoje muito provinciano. Provinciano no sentido geográfico de haver permanecido restrito somente aos fenômenos intelectuais e históricos do Atlântico Norte. Mesmo ali, porém, diversos intelectuais europeus, de Habermas a Foucault e Derrida, nunca abraçaram a concepção do pós-moderno da maneira que ela foi abraçada, ainda que não raro com relutância, nos Estados Unidos. Talvez o pós-modernismo não tenha sido outra coisa, de fato, se não uma tentativa norte-americana [estadunidense] de reivindicar a liderança cultural do que alguns chamavam, naquela época, de ‘o século norte-americano’”.³

Trazemos este debate sobre a concepção do pós-modernismo como, talvez, uma tentativa de reivindicar uma liderança cultural por parte dos estadunidenses, uma apropriação

² Nesse contexto, utilizamos o conceito de Terceiro Mundo de maneira positiva, não no sentido ordinal utilizado durante a Guerra Fria (1945-1991) entre os mundos capitalista, socialista e a periferia, mas sim como uma refutação ao alinhamento entre EUA e URSS e na busca à alternativas para o desenvolvimento e perceptividades dos países signatários da Conferência de Bandung (1955). A defesa do movimento terceiro-mundista pode ser vista de forma clara em *Os condenados da terra* (1968), do psiquiatra e filósofo martinicano Frantz Fanon.

³ HUYSSSEN, A. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais e a política da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p. 11-12

do Atlântico Norte⁴ para o que tange aos temas relativos à modernidade. Porém a discussão a que estamos apresentando está na relação aos questionamentos de um paradigma engessado e ditado por poucos centros irradiadores (França, Inglaterra e Alemanha), em que o debate está mais relacionado a uma hegemonia política do que a questões epistemológicas.

Nesse ponto, a análise de Paul Gilroy é fundamental tanto à crítica da nossa modernidade quanto a uma possível pós-modernidade. Sua principal discordância está no *establishment* acadêmico ao redor dos Estados Unidos e da Europa Ocidental.

“Os autores às vezes se preocupam em identificar e explicar mudanças decisivas recentes no clima cultural dos países superdesenvolvidos e em sua relação com o resto do mundo. Muitos participantes construíram desvios intelectuais pela modernidade como um modo de demarcar o que é moderno ou historicamente original na condição pós-moderna contemporânea. Outros analisam o pós-moderno como se este simplesmente tivesse apagado ou substituído o moderno e, como Lyotard, não mergulham profundamente na história do pós-moderno, seu surgimento a partir da modernidade ou sua relação com os processos de modernização.”⁵

Sendo que grande parte do que é introduzido como pós-moderno, em sua natureza catastrófica ou radical possa ter sido configurado na própria modernidade.

Mas, foquemos a crítica ao modernismo ilustrado, esta defendida por um segmento como dotada de um racionalismo infalível, um universalismo⁶ e de uma petulância imensurável. Desse modo, um dos pontos mais falhos e cínicos do discurso dessa parte está na relação da modernidade com o Humanismo do século XVIII, um dos pilares da construção de grande parte dos Estados nacionais e do sistema westfaliano, ou seja, da “espinha dorsal” de nossa estrutura geopolítica. Aqui entra a contradição, desde o início, o discurso da busca pela virtude da república, dos ideais buscados na *Polis* e na *Res Pvblica Romana*, com as práticas da implementação da *plantation* escravista por parte dos europeus na América.

Antes de continuar abordando o britânico Paul Gilroy, propomos analisar um pouco as inconsistências do discurso iluminista de modernidade a partir das principais ideias do

⁴ A expressão Atlântico Norte está relacionada à crítica de Paul Gilroy (1956), quanto a hegemonia euro-estadunidense sobre a produção intelectual nos circuitos acadêmicos e a relação inversamente proporcional com a produção africana diaspórica.

⁵ GILROY, P. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012. p. 102.

⁶ Na obra *O universalismo europeu: a retórica do poder* (2007), o filósofo estadunidense Immanuel Wallerstein, afirma que o discurso particularista, mas transvestido como universal ocidental é constituído em três aspectos: o civilizacional, o orientalista e o cientificista. Como seriam “atributos relativo somente aos europeus”, estes gozariam do controle do mundo sobre os demais através de seu humanismo burguês.

Iluminismo pela leitura do neozelandês John Pocock e logo após do humanismo burguês através de Walter Benjamin.

No capítulo – “*O declínio e queda de Gibbon e a visão de mundo do final do iluminismo*” – do livro *Linguagens do Ideário político*⁷ do filósofo Pocock, este analisa a obra *The decline and fall of the Roman Empire*, publicado o volume primeiro em 1776 e o segundo e terceiro em 1781, de autoria do historiador Edward Gibbon⁸. O objetivo do neozelandês é fazer uma crítica histórica e filosófica nas mais avançadas ideias do Iluminismo francês e escocês.

Segundo a definição de Peter Gay⁹, o iluminismo seria o nascimento do paganismo moderno o que permitiria voltar ao politeísmo greco-romano e desenvolver a filosofia não atrelada aos deuses. Assim, se fazia uma importante transição do chamado Drama Barroco para uma liberdade baseada em preceitos filosóficos. O debate central que é analisado se dá em torno do homem filosófico de Atenas e da República romana com a virtude da cidade versus a decadência do império.

“A cidade ideal do Iluminismo é povoada, não por reis-filósofos iluminados e contemplativos, mas por senadores e magistrados judiciosamente céticos. Em consequência, o Iluminismo anglo-francês (inclusive sua variante [norte] americana) estava condenado a levar adiante a tradição republicana clássica do Renascimento, e a ver o fracasso da filosofia antiga e o fracasso da política da Antiguidade como uma coisa única.”¹⁰

O problema seria a fragilidade histórica da república. Primeiramente o senador deveria ser um cidadão e, a virtude cívica constituiria com o resguardo da igualdade em armas perante a lei. No entanto, devido ao sucesso dos excessos do Império com a adição de grandes poderes militares e econômicos por parte de alguns cidadãos, a virtude da república se ruiria. Claramente podemos ver essa questão, fazendo uma analogia com a introdução do trabalho escravo no continente americano, onde a virtude do Novo Mundo – em oposição aos vícios do aquém-mar – era descartada em nome da ganância e no objetivo de acumular poderes e fortunas por parte do homem branco.

⁷ POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

⁸ Edward Gibbon (1737-1794), importante historiador e político inglês, que entre suas principais obras se encontra *The history of the decline and fall of the Roman Empire*, dividida em três volumes e publicada entre os anos de 1776 e 1788. Suas influências como importante pensador se refletem nas ideias ilustradas e ao ceticismo.

⁹ Peter Gay (1923-2015), historiador teuto-estadunidense especialista no estudo do Iluminismo, além de importantes pesquisas acerca do período vitoriano e da trajetória biográfica do psicanalista austríaco Sigmund Freud.

¹⁰ POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 189.

Esse debate, em relação à virtude, é confrontado por dois grupos: entre os antigos e os modernos. A ascensão do comércio para os antigos simbolizava o fim da virtude, visto que, teriam que pagar mercenários para protegê-los e absolutistas para governá-los, assim para poder desfrutar melhor de suas riquezas enquanto que para os modernos, um novo pressuposto sistema ético deveria ser criado, convertendo a preocupação de seu bem-estar aos seus próximos sociais, pois o aumento do comércio compensava a perda de virtude.

A crítica maior que podemos fazer sobre o Iluminismo através das interpretações sobre a antiguidade de Gibbon e do período ilustrado em Pocock é que,

“o império, em sua fase final, era um despotismo militar que destruía a sua própria capacidade de substituir e renovar sua virtude, ao passo que a Europa moderna era, diz ele, uma grande república [...], corrigiam a forma de governo uns dos outros. Nessa sociedade pacífica e progressista, as virtudes política e militar são [...] mantidas em um nível de importância moderada, mas não essencial, e não há nenhuma necessidade de se preocupar muito quanto à sua inevitável imperfeição.”¹¹

Acima vemos que, a Europa moderna torna-se sim vários impérios, como a França napoleônica, a Inglaterra vitoriana e a Alemanha de Bismarck. Perde-se a sua virtude e são criados enormes impérios coloniais, desrespeitando o valor do Humanismo, com ataques sistemáticos às populações não europeias, seja para usurpar das riquezas de seus territórios ou para escravizá-los, sendo que, o cúmulo desse imperialismo culminaria em duas guerras mundiais.

Isso nos abre à discussão gerada por Huyssen a respeito de uma memória cosmopolita e o transnacional, visto que, o projeto Iluminista de modernidade é reivindicado pela Europa, mas ele não se resume somente a isso, ao modelo westfaliano de comunidades e países, já que a fase das grandes navegações e impérios proporcionou grandes deslocamentos de vários grupos (alguns forçados outros não) e com isso ideias, seja inicialmente em direção à América e hoje em dia principalmente à própria Europa. Com isso os projetos e discursos sobre modernidade extrapolaram as fronteiras territoriais¹², cabe aqui fazermos uma crítica ao

¹¹ POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 194.

¹² Quanto as fronteiras nacionais podemos citar o debate do culturalista Stuart Hall (1932-2014) em artigo intitulado *Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior*, através do conceito trazido pelo historiador Benedict Anderson (1936-2015) de “comunidades imaginadas” e o caráter rígido daquelas. Mesmo que a definição de fronteiras rígidas fossem adotadas como modelos pelos Estados nacionais, a partir de suas formações ou independências, essa estrutura não seria sólida o suficiente para compreendermos os diversos movimentos, principalmente devido as grandes diásporas que ocorreram para a América e com isso a formação de intensas conexões com a África e Europa. Temos que pensar melhor nos fenômenos trazidos pela globalização, da divisão internacional do trabalho e da formação dos mercados capitalistas internacionais, este em certos aspectos possuindo um poder de penetração maior que os limites das nações defendido pelos Estados.

conceito de *mémoire collective*, no sentido dela estar sempre atrelada a um território e a um grupo – aqui podemos utilizar do neologismo cunhado por Roland Robertson¹³, de “glocalização” [*glocalization*] para descrever o hibridismo da memória coletiva e as relações produzidas pela globalização, este um fenômeno nem tão recente como muitos afirmam em contraposição a ideia estática.

“Já agora, é claro, bem podemos ser céticos quanto ao benefício cognitivo auferido com a ideia do glocal. Mas ainda considero útil para descrever um aspecto fundamental de um paradoxo da globalização. Por um lado, o Holocausto tornou-se um símbolo do século XX como um todo e do pretense fracasso do Iluminismo e da modernidade europeus [...]. Por outro lado, essa dimensão meio totalizante do discurso do Holocausto, muito prevalente em grande parte do pensamento pós-moderno, é acompanhada por uma dimensão que particulariza e localiza. [...] [A tese adicional] é exatamente a emergência do Holocausto como tropo universal que permite à sua recordação aderir a situações específicas, que são historicamente distantes e politicamente distintas do evento original.”¹⁴

No hibridismo da memória cosmopolita, o que é, por exemplo, europeu também, no caso, o Holocausto acaba virando um *tropos* universal descentralizando o seu uso, assim podendo ser, examinadas outras atrocidades baseadas em um “modelo”.

Ainda em relação a modernidade, partimos para o debate do crítico literário Antoine Compagnon em *Os antimodernos: de Joseph de Maistre a Roland Barthes*¹⁵, com a intenção de mostrar que a mesma gerou vários desdobramentos dentro do espaço europeu, e não somente nas relações com os demais lugares do globo. Nessa discussão, o historiador belga faz uma análise dos principais discursos e produções artísticas do período pós-revolucionário francês.

Através do estudo dos principais nomes do final do século XVIII e do início do século XIX, Compagnon percebe que além das ideias iluministas que se afluíram na França, outras ideias opostas ou alternativas também surgiram, no entanto, essas ideias de caráter conservador, reacionária e reformadoras também são consideradas modernas – afinal de contas a contrarrevolução é inseparável da Revolução – somente com a instauração dos ideais revolucionários é que essas novas ideias contrarrevolucionárias puderam ser estabelecidas.

¹³ Roland Robertson (1938), sociólogo e teórico britânico de renome sobre a globalização, suas áreas de atuação estão relacionadas a fenomenologia e a abordagem psicossocial. A título de destaque, Robertson foi um dos primeiros intelectuais a utilizar o termo “glocalização” em seus artigos.

¹⁴ HUYSSSEN, A. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais e a política da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p. 187.

¹⁵ COMPAGNON, A. **Os antimodernos**: de Joseph de Maistre a Roland Barthes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

Aqui cabe o debate para dar um maior entendimento entre *antimodernos* e *contramodernos*, sendo que, a contrarrevolução responde de uma maneira irremediavelmente dialética com a revolução nos termos modernos de seu adversário.

“uma distinção deveria ser feita entre *contrarrevolução* e *antirrevolução*. A antirrevolução designa o conjunto de forças que resistem à Revolução, ao passo que a contrarrevolução supõe uma teoria da Revolução. A partir daí, seguindo a distinção entre a antirrevolução e a contrarrevolução, são menos os *antimodernos* que nos interessam (o conjunto de forças que se opõem ao moderno) do que aqueles que melhor conviria chamar de *contramodernos*, porque sua reação se baseia numa ideia do moderno.”¹⁶

Apesar de grande parte de o debate contramoderno ser em relação a imposição do sufrágio universal masculino na Segunda República Francesa, algumas ideias contrarrevolucionárias têm um viés semelhante à busca da virtude, como vimos recentemente na discussão. A fim de uma distinção maior entre os grupos contrarrevolucionários, podemos dividi-los em três doutrinas: (a) *conservadores* (absolutistas), (b) *reacionários* (aristocratas) e (c) *reformistas* (constitucionais).

Não entrando em detalhes sobre as três doutrinas mas tocando de forma superficial através de Montesquieu¹⁷, o idealizador do Estado dividido por três Poderes, nos mostra a contradição e a ironia que é o modelo iluminista de modernidade, isso porque, ao mesmo tempo em que se esta baseada na democracia estadunidense, ele defende teses e apologias feudais de um pré-liberalismo aristocrático acastelando uma monarquia ao ritmo de intermediários (reacionário/reformista), ignorando as demais camadas da sociedade.

Complementamos essa contradição exposta ao debate com a relação do humanismo burguês do século XIX, através do artigo “*Aufklärung* urbana: Paris e a Via-Lácta” de Olgária Chain Ferés Matos¹⁸. Se segundo Pocock, para Gibbon os bárbaros germânicos restauraram um princípio de liberdade e que após dez séculos resultou em uma revolução à liberdade pela ciência. Para Walter Benjamin, no arquivo K de *Passagens*

“relata a chegada das massas camponesas à metrópole ([uma terceira invasão bárbara à Europa]), massas que se veem tanto mais excluídas do espaço urbano quanto maior é a sedução e o apelo das mercadorias. São elas “os

¹⁶ COMPAGNON, A. **Os antimodernos**: de Joseph de Maistre a Roland Barthes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014. p. 27.

¹⁷ Charles Louis de Secondat, Barão de La Brède e de Montesquieu (1689-1755), foi um dos mais importantes e notórios pensadores da época do Iluminismo, sendo creditado pela teoria dos três poderes.

¹⁸ SOUZA E; MARQUES R. (org). Modernidades alternativas na América Latina. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

novos bárbaros”, desconhecem normas e valores da cidade, a começar pelo confisco do tempo qualitativo das estações do ano pela imposição de outro – a jornada de trabalho que multiplica horas mortas na produção, no consumo e na acumulação de capitais, na circulação das mercadorias e na vida de cada um. Além disso, as massas aderem aos apelos do consumo ilimitado, segundo uma mimesis de apropriação.”¹⁹

Para Walter Benjamin, a ética da modernidade é pautada, como afirma Benjamin Franklin – onde tempo é dinheiro –, em que a ética protestante é abandonada em prol do espírito capitalista. Nessa interpretação de *Passagens*, há um diálogo explícito interessante do filósofo alemão com o poeta antimodernista francês Baudelaire²⁰:

“Benjamin escreve para uma época que não precisa mais de arte, pois, da vanguarda apoderaram-se o fascismo, os estalinismo e a sociedade do espetáculo contemporânea; as técnicas de reprodução determinam a estetização da política porque a figura do ditador nasce da fusão entre o líder, a técnica e o público.”²¹

O que queremos mostrar com essas discussões entre as interpretações de Pocock, Compagnon e Féres são a ambiguidade e falha, a incompletude na execução de um projeto modernista totalizante de caráter racional e humanista defendido pela ilustração; projeto base do conhecimento formal do mundo contemporâneo. Desse ponto abre-se margem para a discussão sobre os múltiplos modernismos surgidos desde a ascensão do Iluminismo europeu, tanto no continente como fora do próprio.

Diante da defesa de múltiplos modernismos e de modernidades alternativas, a crítica de Huyssen contra um binarismo de oposição entre modernidade e pós-modernidade é totalmente válida. Entretanto, o que o crítico alemão se remete ao antimodernismo de maneira genérica nessa dualidade não é contundente, pois na óptica de Gilroy:

“Podemos perceber agora que a arte negra aparece no Ocidente no momento em que a modernidade se revela ativamente associada com as formas de terror legitimado por referência à ideia de “raça”. Devemos nos lembrar de que, por modernas que possam parecer, as práticas artísticas dos escravos e seus descendentes também são fundamentadas na modernidade. *A invocação da anterioridade como antimodernidade é mais do que um floreio retórico consistente, vinculando a africanologia contemporânea e seus precursores do*

¹⁹ FÉRES Matos, O. Aufklärung urbana: Paris e a Via Láctea. In: **Modernidades alternativas na América Latina**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. p. 194.

²⁰ Charles-Pierre Baudelaire (1821-1867), poeta francês que se destacou por ser um dos pioneiros do movimento simbolista e fundador da tradição moderna em poesia.

²¹ FÉRES Matos, O. Aufklärung urbana: Paris e a Via Láctea. In: **Modernidades alternativas na América Latina**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. p. 199.

século XIX [nosso grifo]. Esses gestos articulam uma memória da história da pré-escravidão que pode, por sua vez, operar como mecanismo para destilar e focalizar o contrapoder daqueles mantidos em servidão e seus descendentes. Essa prática artística, portanto, está inevitavelmente tanto dentro como fora da proteção duvidosa que a modernidade oferece. Ela pode ser examinada em relação a formas, temas e ideias modernas, mas carrega sua crítica própria e distinta da modernidade, uma crítica forjada a partir das experiências particulares envolvidas em ser escravo por questões de raça em um sistema legítimo e declaradamente racional de trabalho não livre. Em outras palavras, essa formação artística e política passou a cultivar sua medida de autonomia em relação ao moderno – uma vitalidade independente que advém do pulso sincopado de perspectivas filosóficas e estéticas não europeias e as consequências de seu impacto sobre normas ocidentais. Essa autonomia se desenvolveu mais à medida que a escravidão, o colonialismo e o terror que os acompanhavam opunham as artes vitais dos escravos às condições tipicamente modernas nas quais a opressão se manifestava – como subproduto da produção coercitiva de artigos para venda em um mercado mundial. Esse sistema produziu uma modernidade grosseira, descentrada dos mundos fechados da Europa metropolitana, que até agora têm merecido a atenção dos teóricos.²²

No entanto, há de se concordar com Huyssen²³ a respeito da discussão promovida entre Timothy Mitchell²⁴ consigo a respeito dos modernismos do geograficamente não moderno em que, a modernidade está sempre em negociação. O mesmo vale para a estrutura plural da modernidade afirmada por Trouillot²⁵. Esse debate também vai ao encontro de Gilroy²⁶ acerca de uma modernidade mais extensa, ou seja, uma revisão dos processos ocorridos na modernidade, juntamente com uma periodização mais ampla, visto que, a modernidade em sua concepção é composta por variações e descontinuidades nas experiências, além de uma natureza descentralizada e uma identidade (inter)subjéctiva plural²⁷.

A crítica mais contundente de Gilroy está na classificação das ações dos negros escravizados do sistema de *plantation* como sendo pré-modernas pois estas não caberiam ao modelo racionalista do Iluminismo e no sistema a partir da Revolução Industrial. Novamente citamos os debates anteriores sobre as disputas por um discurso de modernismo coeso e total.

²² GILROY, P. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012. p. 130.

²³ HUYSEN, A. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais e a política da memória.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p. 26.

²⁴ Timothy Mitchell (1955), cientista político britânico especialista no mundo árabe e professor do departamento de estudos do MESAAS na Universidade de Columbia.

²⁵ Michel-Rolph Trouillot (1949-2012), foi um antropologista haitiano, se destacou com a investigação das origens da Revolução Haitiana, onde em 1977 escreveu o primeiro livro científico sobre o tema em *kreyòl ayisyen*.

²⁶ GILROY, P. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012. p. 110.

²⁷ RÜSEN, J. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência.** Curitiba: Ed. UFPR, 2015. p. 222

Nesse caso é fundamental reforçar a crítica feita por esse intelectual britânico em relação às autoridades das principais cátedras do Ocidente que,

“Faz[em] alguns anos que a teoria social, a filosofia e a crítica cultural euro[norte]americanas têm abrigado debates acerbos e politicamente carregados sobre o conteúdo e *status* do conceito da modernidade e das ideias afins de modernismo e modernização. [...] Essas trocas têm sido dominadas por uma constelação de posições teóricas formalmente opostas – ainda que mutuamente elas se reforcem – de diversos dos principais teóricos do *establishment* acadêmico euro[norte]americano.”²⁸

Adicionamos ao parágrafo anterior, um ponto interessante que Huyssen nos trás e que está relacionado com a crítica ao ataque estético e ao modernismo. Ele sugere seis termos preliminares (citaremos os pontos cinco e seis de sua sugestão):

— descartar a ideia de ataque à cultura de elite²⁹ na esperança de transformações políticas e sociais, inserção dos contextos pós-coloniais em substituição ao do Atlântico Norte, para projetos de modernidades alternativas;

— utilização de línguas diversas a fim de quebrar com o provincialismo universalizante rumo a trabalhos transnacionais.

Seguindo o raciocínio em *o Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*, Gilroy vai além da proposta da diversificação das línguas, que vemos em Huyssen, pois, além da questão transnacional e da crítica ao provincialismo euroestadunidense, nesta obra são abordadas questões conflituosas dentro das nações ocidentais como, por exemplo, os Estados Unidos e o sistema de *plantation* e a inserção de mão de obra cativa através de africanos, estes com uma expressão cultural diferente dos europeus, mas também importante na formação da cultura estadunidense. Aqui entra padrões originários da escravidão que são extralinguísticos. Este oriundo de uma racionalidade do objeto artístico e da subjetividade contemplada de funções miméticas de formas artísticas na resistência e na luta contra a opressão sofrida pelos africanos e seus descendentes, neste caso, na América do Norte.

Apesar do domínio do Atlântico Norte sobre o discurso do modernismo, vemos que as trocas não se limitam a esse espaço, tanto é que, com a ascensão de uma classe média negra nesses espaços e a maior participação de novos atores do Sul o intercâmbio cultural torna-se

²⁸ GILROY, P. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012. p. 102.

²⁹ De certa forma a cultura de elite tem uma grande influência na cultura popular, vários aspectos desta tem origem na erudição, pois a relação entre povo e cultura é artificial – segundo François Dosse. Um exemplo que podemos citar é o carnaval do Rio de Janeiro. DOSSE, F. *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual*. Valencia: Ed. Universitat de Valencia, 2007.

maior, além da criação de novas produções que contestam esse caráter essencialista e hierárquico discursivo de uma modernidade desde um ponto irradiador.

Embora posto em debate o contrassenso da modernidade na escravidão n'América (valido também para o Imperialismo na África), cabe colocar em pauta um debate entre Habermas e Hegel em relação à modernidade na dialética entre o senhor e o escravo, que fazemos através da interpretação, novamente, de Paul Gilroy e do filósofo francês Paul Ricoeur sobre Habermas.

Na interpretação do filósofo Jürgen Habermas³⁰, o projeto iluminista de modernidade não fora completado, no entanto, ele ainda serve de motivação para novas conquistas e melhorias principalmente por parte daqueles que são oprimidos. Sendo que os problemas contemporâneos só podem ser resolvidos dentro da própria modernidade pelo fechamento do projeto Iluminista.

Através da leitura de Hegel por Habermas, este discorda de que a escravidão seja uma força modernizante, pois leva tanto o senhor como o escravo a autoconsciência e, por conseguinte a desilusão. “O senhor consome o objeto, o escravo o produz, e cada um reconhece o outro através daquilo que o outro realiza”, afirma Ricoeur em uma nova releitura.³¹ Na qual através de uma identidade kantiana, a consciência transcendental será uma unidade produzida pelo trabalho.

No entanto, apesar de Gilroy utilizar-se também de Habermas em sua interpretação sobre Hegel, o intelectual britânico irá avaliar que as questões trazidas na *Fenomenologia do Espírito*³² têm que ir além das concepções psicologizantes. Na verdade, a sua interpretação é uma questão primordial para o entendimento entre o jogo relacional modernidade e escravidão.

“Isto é importante porque ela pode ser usada para oferecer uma firme rejeição da ideia hipnótica da história como progresso e porque ela propicia uma oportunidade de reperiodizar e reacentuar narrativas da dialética do Iluminismo que nem sempre têm se preocupado em olhar para a modernidade pela lente do colonialismo ou do racismo científico. Em segundo lugar, um retorno à explicação de Hegel do conflito e das formas de dependência produzidas na relação entre senhor e o escravo traz para primeiro plano as questões de brutalidade e terror que também são muito ignoradas. Consideramos em conjunto, esses problemas oferecem uma oportunidade para transcender o debate improdutivo entre um racionalismo

³⁰ Jürgen Habermas (1929), filósofo alemão adepto ao pragmatismo e membro da Escola de Frankfurt.

³¹ RICOEUR, P. **A ideologia e a utopia**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2015. p. 255.

³² Do título original *Phänomenologie des Geistes*, publicada em 1807 pela primeira vez, é uma das principais obras de Hegel.

eurocêntrico, que expulsa a experiência escrava de suas narrativas da modernidade e ao mesmo tempo afirma que as crises da modernidade podem ser solucionadas internamente, e um anti-humanismo igualmente ocidental que situa as origens das crises atuais da modernidade nos fracassos iluministas.”³³

Ao mesmo tempo em que na literatura negra estadunidense há o princípio da negatividade, oposto a lógica formal – característica do pensamento ocidental expresso no escravo hegeliano – foquemos nas expressões literárias produzidas pelos afro-estadunidenses onde podemos ver ideias e projetos além do homem branco europeu. Para isso evoquemos o debate proposto pelo historiador Hayden White³⁴ com a crítica literária Amy J. Elias sobre a relação entre a história e a ficção histórica.

Na citação que White³⁵ faz sobre Elias, o gênero do romance histórico volta com certo alento perante outras categorias historiográficas que, segundo o mesmo, estão a perder forças no debate entre o pós-moderno sobre os “modernos” em relação os fracassos e os objetivos reais da história. Essa é uma discussão interessante e queremos trazer um aspecto atraente elucidada nesta querela pelo historiador estadunidense, apesar de concordarmos com o conceito cunhado por Hall que afirma que nos encontramos em uma modernidade tardia³⁶ e não na pós-modernidade defendida por aquele.

“De lo que nosotros los posmodernos estamos en contra es de una historiografía académica, al servicio de los aparatos estatales que se han vuelto en contra de sus propios ciudadanos, con sus nociones de objetividad epistemológicamente demacradas, ideológicamente estériles y obsoletas – una historiografía que, al referirse a sí misma de los recursos de la poiesis [grifo do autor] (intervención) y la escritura artística, también cercenó sus lazos con lo que era más creativo en las ciencias reales que buscaba a medias emular.”^{37 e 38}

³³ GILROY, P. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012. p. 123.

³⁴ WHITE, H. **Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

³⁵ Por seus debates serem polêmicos, seria interessante uma nota sobre Hayden White (1928): é um historiador e crítico literário estadunidense ocupado com caráter linguístico-literário da historiografia, onde o mesmo defende a tese que a história é explicada ao narrar.

³⁶ HALL, S; Organização SOVIK, L. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

³⁷ WHITE, H. **Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010. p. 175.

³⁸ Do que nós pós-modernos somos contrários é em relação a uma historiografia acadêmica, à serviço dos interesses estatais que vão contra aos dos próprios cidadãos, com suas noções de objetividade epistemologicamente demarcadas, ideologicamente estéreis e obsoletas – uma historiografia que, ao isolar-se a si mesma dos recursos da *poiesis* (invenção) e da escritura artística também perdeu seus laços com o que era mais criativo nas ciências reais que buscava a medida imitar.

Dessa forma segundo a tese de Elias³⁹, o romance meta-histórico seria a ficção histórica que possibilita a transformação do gênero histórico numa forma literária, e esta dá a possibilidade de compreender os debates historiográficos de seu próprio tempo. Como no suposto embate que White quer fazer entre prováveis pós-modernos e modernistas, este com um caráter também político, a questão das literaturas afro-estadunidense e afro-caribenha também têm o seu forte apelo político, pois além dos aspectos culturais e estéticos há as questões de afirmações perante as condições históricas de exclusões de várias comunidades, neste caso os negros na América, nas suas condições ontológicas e epistemológicas como podemos ver no exemplo de Kwame A. Appiah⁴⁰ com o debate a respeito de uma filosofia africana e a crítica a uma etnofilosofia africana⁴¹.

No entanto, há um ponto em que White através de Lisa Yaszek⁴² ultrapassa essa disputa estéril entre pós-modernistas e modernistas e lança algo que talvez vá ao encontro à modernidade tardia dos Estudos Culturais britânicos, – o chamado movimento modernista utópico – da qual seria o antitético do desenvolvimento da sociedade capitalista industrial, no qual podemos destacar na literatura o gênero do *afrofuturismo*, se destacando o escritor Ralph Ellison⁴³ com o livro *Invisible Man*⁴⁴ (publicado originalmente em 1952) na qual permite o cultivo da visão utópica, influenciando posteriormente outros escritores ao utopismo afro-estadunidense – “*fantasías de cumplimiento de deseos de liberación o rendición en una dirección tecnocientífica*”,⁴⁵ e ⁴⁶ sendo que este tipo de escrita estaria situada nos ““*proyectos de recuperación histórica de los que los intelectuales atlánticos negros han formado parte por más de doscientos años*””.⁴⁷ e ⁴⁸

³⁹ Professora de inglês e diretora do Centro de Humanidades da Universidade do Tennessee em Knoxville. Sua obra mais aclamada sobre o romance histórico é *Sublime Desire: History and Post-1960s Fiction* (2001).

⁴⁰ APPIAH, K. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

⁴¹ Kwame A. Appiah (1954) defende a tese da universalidade da razão na filosofia, desse modo o filósofo africano não pode se preocupar com uma originalidade, mas sim com os problemas que há na África e resolvê-los com quais instrumentos tenha em mãos, pois afinal de contas, a formação da maioria dos intelectuais é de escolas europeias, seria um retrocesso os negar. A filosofia africana seria aquela pensada por africanos para questões africanas – parte do discurso universal da filosofia –, da mesma forma que uma filosofia, por exemplo, europeia é aquela pensada por europeus, independente do sistema que ambos usem.

⁴² Lisa Yaszek (1969) é crítica literária estadunidense, sua pesquisa está relacionada à ciência da ficção, história cultural, estudos de gênero e estudos da ciência e tecnologia.

⁴³ Ralph Waldo Ellison (1913-1994) foi um escritor estadunidense vencedor do *National Book Award* em 1953.

⁴⁴ ELLISON, R. **Homem invisível**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2013.

⁴⁵ WHITE, H. **Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010. p. 180.

⁴⁶ Fantasias de realização de desejos de libertação ou rendição.

⁴⁷ WHITE, H. **Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010. p. 180.

⁴⁸ Os projetos de recuperação histórica do que os intelectuais do Atlântico Negro teriam formado por mais de duzentos anos.

Com isso entramos na relação entre presente-passado e presente-futuro de Santo Agostinho⁴⁹ e da dialética espiral de Ricoeur⁵⁰. Nesse caso, o *afrofuturismo* tem como objetivo, como consta em White, o domínio sobre o futuro dos negros nos EUA e o resgate da história por parte dos mesmos nas intenções de formações identitária e de organização política enquanto excluída do processo hegemônico de construção da modernidade. Essa visão linear entre o passado, o presente e o futuro deriva através de um futurismo, neste caso, da influência protestante nos negros estadunidenses. Entretanto, ela não é exclusiva àquela região da América, podemos ver elementos semelhantes nas cosmovisões em outras regiões do continente como a perspectiva que há no Brasil⁵¹, também derivada das relações entre o milenarismo e o apocalipsismo do medievalismo cristão com a projeção do futuro⁵².

Mas indo ao objeto destacado por White e Yaszek, na obra de Ellison, a proposta deste vai bem ao encontro do que muitos intelectuais pós-colonialistas, por exemplo, Homi Bhabha⁵³ e Wole Soyinka⁵⁴ defendem o hibridismo cultural, pois como afirma Edward Said em seu prefácio de *Cultura e Imperialismo*⁵⁵, defender um primitivismo é defender um fundamentalismo, dessa forma:

“Los hombres no pueden deshacer la historia [...] no es cuestión de reencarnar esas tradiciones culturales que fueran destruidas, sino que se trata de usar la industrialización, la medicina moderna, la ciencia moderna en general para trabajar el interés de estas personas en lugar de contra ellas”.^{56 e 57}

Esse debate produzido em relação às narrativas do Iluminismo vão ao encontro à principal crítica da produção do Atlântico Norte, o discurso do humanismo burguês. Aqui, nesse ponto entramos no colonialismo europeu e no seu discurso de superioridade e na

⁴⁹ AGOSTINHO DE HIPONA. **Confissões**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

⁵⁰ RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

⁵¹ CHAUI, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

⁵² Através da filósofa brasileira Marilena Chauí (1941), podemos citar como exemplo, mesmo sendo duplamente negativo, a reapropriação do verdeamarelismo colonialista pela Ditadura Civil-Militar (1964-1965) e o semióforo do Brasil ser o país do futuro. Também podemos citar a questão do tempo manifesta de forma sucessiva e progressiva da trindade em Joaquim Di Fiori e a sua influência do seu pensamento no Brasil.

⁵³ Homi K. Bhabha (1949), crítico literário indiano, professor de literatura e linguagem inglesa e estadunidense.

⁵⁴ Akinwande Oluwole Babatunde Soyinka (1934), dramaturgo nigeriano laureado com o Prêmio Nobel de Literatura de 1986.

⁵⁵ SAID, W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁵⁶ WHITE, H. **Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010. p. 181.

⁵⁷ Os homens não podem desfazer a história [...] não é questão de ressuscitar essas tradições culturais que foram destruídas, mas tratar de usar a industrialização, a medicina moderna, a ciência moderna em geral para trabalhar o interesse destas pessoas ao invés de ser contra outras pessoas.

confeção de sua epopeia heroica de domínio sobre os demais. Crítica esta amplamente feita por James em *Stolen Legacy: the greeks were not the authors of Greek philosophy, but the People of North Africa, commonly called the Egyptians* (1976)⁵⁸, ao não reconhecimento dos feitos por não europeus nas narrativas ocidentais.

Por fim, através de Huysen e de Habermas, a concepção dos *direitos* para a totalidade da humanidade possui grande valor, como sugere o crítico literário, os padrões internacionais dos direitos humanos não devem ser mais ou menos valorizados por terem como berço à civilização ocidental, mas sim pelo que defendem. Relacionamos isso com uma das principais questões que envolvem as discussões sobre a modernidade – a ligação com o reconhecimento – trabalhada pelo próprio filósofo alemão. Este (Habermas) afirma que, na dialética entre o senhor e o escravo o que está em jogo não é a luta pelo poder, mas sim a luta pelo reconhecimento – modelo da relação entre os sujeitos. Acreditamos que a intenção desses debates sobre as modernidades seja o reconhecimento das diferenças e das *alternativas* tomadas por tais grupos contra a sobreposição de um particularismo da modernidade sobre os demais.

Referências:

AGOSTINHO DE HIPONA. 2002. **Confissões**. São Paulo: Editora Martin Claret. 432 p. 8572324844.

APPIAH, K. 1997. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto. 304 p. 978-85-85910-16-7.

CHAUÍ, M. 2000. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 103 p. 8586469270.

COMPAGNON, A. 2014. **Os antimodernos**: de Joseph de Maistre a Roland Barthes. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 573 p. 978-85-7041-912-5.

DOSSE, F. 2007. **La marcha de las ideas**: historia de los intelectuales, historia intelectual. Valencia: Ed. Universitat de Valencia. 328 p. 9788437066127.

ELLISON, R. 2013. **Homem invisível**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 574 p. 978-85-03-01020-7.

GILROY, P. 2012. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora 34. 432 p. 978-85-7326-196-7.

⁵⁸ George James (1893-1956), historiador guianense, com formação acadêmica nos Estados Unidos e Inglaterra. O título de sua principal obra em uma tradução livre seria: Legado roubado: os gregos não foram os autores da filosofia grega, mas os povos norte-africanos, geralmente chamados de egípcios.

HALL, S; Organização SOVIK, L. 2009. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 410 p. 978-85-7041-356-7.

_____. 2015. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 64 p. 978-85-8316-007-6.

HUYSSSEN, A. 2014. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais e a política da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto. 216 p. 978-85-7866-098-7.

POCOCK, J. G. A. 2003. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP. 456 p. 978-85-314-0754-3.

RICOEUR, P. 2007. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp. 536 p. 9788526807778.

_____. 2015. **A ideologia e a utopia**. Belo Horizonte: Autentica Editora. 368. 978-85-8217-604-7.

RÜSEN, J. 2015. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora da UFPR. 324 p. 978-85-8480-004-9.

SAID, W. 2011. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras. 568 p. 978-85-359-1951-6.

SOUZA E; MARQUES R. (org). 2009. **Modernidades alternativas na América Latina**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 495 p. 978-85-7041-688-9.

WALLERSTEIN, I. 2007. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo. 144 p. 978-85-7559-097-3.

WHITE, H. 2010. **Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica**. Buenos Aires: Prometeo Libros. 230 p. 978-987-574-408-0.